

# O MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO CONHECIMENTO

**Ivanilda A. A. Junqueira**

Doutora em História Social/UFU, docente do Curso de Museologia FCS/UFG. Agência Financiadora: CNPq



Educação não-  
formal. Memória.  
Cidadania. Museus  
Universitários

**Resumo:** Este estudo analisa o processo histórico que consolidou o funcionamento do Museu Antropológico da UFG enquanto espaço de educação não-formal, considerando as questões da memória que lhe são inerentes e suas significações para os diversos públicos que a visitam. É importante destacar que os museus têm se caracterizando cada vez mais como lugares de memória, os quais despertam o interesse das comunidades nas quais estão inseridos pelo potencial que possuem de estabelecer um permanente diálogo entre educação e cultura. Por meio da coleta, organização e preservação de seus acervos, as instituições museais têm por missão contribuir para o ensino, pesquisa e extensão, voltando-se para uma perspectiva histórica dos fatos, no contexto brasileiro, regional e local.

THE ANTHROPOLOGICAL MUSEUM OF UFG AND THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO KNOWLEDGE

Non-formal  
education. Memory.  
Citizenship.  
University  
Museums.

**Abstract:** This study analyzes the historic process that consolidated the operationalization of the Anthropological Museum of the UFG while space non-formal of education, considering the questions of the memory that are inherent and your significations for the various publics that visit this space. Is Important detach that the museums have been characterized more and more as a memory space, this spaces arouse the interest of communities where they are inserted because of the your potential to establish a permanent dialogue between education and culture. Through of collect, organization and preservation of your collections, the museums has mission of contribute for the teaching, research and extension, related to a historical perspective of facts, in the Brazilian context, regional and local.



Envio: 13/06/2018 ♦ Aceite: 25/07/2018

## Introdução

Qual a relação entre um museu e a educação?

Essa é uma questão que tem despertado o interesse de pesquisadores e museólogos ao longo das últimas décadas e dentre as possíveis respostas destaca-se aquela que nos mostra a importância da ação educativa como meio de comunicação com o público. Os museus têm se caracterizando cada vez mais como espaços de educação não-formal e considerados como lugares de memória, os quais despertam o interesse das comunidades nas quais estão inseridos pelo potencial que possuem de estabelecer um permanente diálogo entre educação e cultura. Por meio da coleta, organização e preservação de seus acervos, as instituições museais têm por missão contribuir para o ensino, pesquisa e extensão oferecendo suporte à pesquisa para os diversos setores, das ciências humanas ou não, voltadas para uma perspectiva histórica dos fatos, no contexto brasileiro, regional e local.

Cabe lembrar, que os museus são “lugares” em que os processos históricos são retomados e reconstruídos, frutos de uma multiplicidade de documentos produzidos em distintas épocas. Longe de serem simples depositários de objetos, eles “oferecem o passado trazendo a história em narrativas que reencontram o indivíduo nos ambientes intersubjetivos nos quais experimentou - não sem contradições, a si mesmo e ao mundo” (BENJAMIN, 1987, p. 52 - 60). A documentação guardada nestes espaços traz à tona fatos, versões, acontecimentos, memórias que sobrevivem ao tempo, possibilitando olhares e abordagens diferenciadas. Nesse sentido, ao mencionar a(s) memória(s) (LE GOFF, 1996, p. 112-123) não estamos falando, pura e simplesmente, de “nostalgia”, mas do “amor pelo passado. (...) A nostalgia nasce no espírito indefeso que não suporta a visão do presente e então se evade: foge para o passado, um passado de ouro, meio falsificado e que distrai nossas dores. A memória, pelo contrário, é ir ao encontro do presente depois de ter se banhado nas visões de um outro tempo.

Preservar a memória é, sem dúvida alguma, uma das formas de garantir o direito à história dos vencedores e dos vencidos. “A memória regula posições existenciais e políticas, fazendo buscar no passado seiva e inspiração para as apostas ativas de futuro”.

O objetivo desse estudo consiste principalmente em compreender as formas de interação entre museus, comunidade, e fontes diversificadas de aprendizagens. Pretende-se por meio da pesquisa documental desvelar saberes e fazeres peculiares de uma determinada cultura, um período histórico específico, e, além disso, refletir sobre a representatividade de monumentos, obras de arte, manifestações culturais, objetos, coleções que “falam” e por meio dos quais se pode “decifrar” muitos fatos e versões de uma mesma história. A proposta é conhecer o cotidiano dos profissionais que atuam nos diversos setores, compreender a concepção dos espaços educativos, refletir sobre o que vem sendo chamado de educação museal e até que ponto, uma educação que extrapola os muros da escola e interage com a cidade em suas múltiplas dimensões, beneficia a comunidade à qual pertence.

A hipótese da qual partimos é que, apesar dos diversos debates estabelecidos nas últimas décadas sobre o papel educativo dos museus, muito ainda está por ser feito, principalmente em cidades que se encontram no interior do território brasileiro, como é o caso de Goiânia. Os investimentos em ações culturais e educativas de caráter contestador, criativo, transformador; enfim, capazes de facilitar a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social, têm sido escassos por parte do poder público. Entretanto, ainda assim, acredito que uma investigação participativa deve ser uma alternativa para oferecer uma nova explicação da realidade.

O Museu Antropológico da UFG, cujo principal objetivo é apoiar e desenvolver a pesquisa antropológica interdisciplinar, tem sido o nosso objeto de estudo. Seu acervo é decorrente de pesquisas científicas e se compõe de objetos arqueológicos, de cultura indígena, e da cultura popular. Além disso, possui um importante acervo documental como fotos, imagens digitais, vídeos, livros e outros documentos e uma de suas principais ações são os trabalhos de documentação, conservação e comunicação do acervo através dos recursos expográficos e das ações educativo-culturais. Conhecer o cotidiano dos profissionais que atuam nos diversos setores dessa instituição, compreender a concepção dos espaços educativos, refletir sobre as práticas de educação museal e até que ponto essas ações beneficiam a comunidade na qual está inserido, foi um de nossos objetivos principais quando iniciamos esta pesquisa.

Alguns questionamentos nos instigam a conhecer a sua história, dentre eles, até que ponto o museu se adequou às novas propostas para a área da museologia. Conforme Cabral e Rangel (CABRAL; RANGEL, 2008, p. 159-161), a educação em museus no Brasil tem início a partir da década de 1920. As autoras ressaltam que a criação do Ministério da Educação em 1930 sob a liderança dos educadores Roquette Pinto e Anísio Teixeira, contribuíram para a valorização do papel educativo nos museus. Mais tarde, na década de 1950, dois encontros importantes, colaboraram para que a área de educação em museus tivesse maior destaque, reforçando o papel pedagógico dessas instituições, neste caso, em 1956 o I Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto, Minas Gerais e em 1958 o Seminário Internacional sobre o papel pedagógico dos Museus. Entretanto, segundo as autoras, foi “somente nas duas últimas décadas que os responsáveis por ações educativas em museus começaram a apresentar maior reflexão sobre sua atuação”.

Nesta mesma direção, Judite Primo destaca que os documentos produzidos no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro em 1958; na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972; no I Atelier Internacional da Nova Museologia em Quebec no Canadá em 1984; na Reunião de Oaxtepec, no México em 1984 e na Reunião de Caracas na Venezuela, em 1992, traduzem o “pensar museológico no nosso século e que, principalmente, levaram os profissionais da área a aplicar esta ‘ciência’, de forma menos hermética e a entender sua prática” (PRIMO, 1999: 7). Os documentos orientaram o desenvolvimento de ações interdisciplinares no campo da museologia, incentivando a interação entre os sujeitos sociais e os museus e resultaram da reflexão conjunta de profissionais que buscavam a evolução de idéias na sua área de atuação, reconhecendo que dialogar com profissionais das áreas afins foi um passo importante para ampliar as possibilidades de atuação no campo da museologia.

Em 1958, vários profissionais se reúnem para discutir a função educativa dos museus considerados por muito tempo como espaço adequado para se exercer a educação formal (PRIMO, 1999, p. 10-46). O documento produzido no Rio de Janeiro, resultado do Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, sofreu influência do panorama socioeconômico e político brasileiro marcado pelas reformas trabalhistas da Era Vargas, pela modernização do tecido industrial. No âmbito internacional, generalizava-se o

processo de descolonização. Na China e em Cuba, organizavam-se movimentos que se orientaram pelo ideal do Comunismo. Destaca-se a modernização da indústria na Europa, implantam-se ditaduras na América Latina, sem contar que vários territórios encontravam-se destruídos pela Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que ocorre a criação do Conselho Internacional de Museologia-ICOM, sob a proteção da Unesco. A Declaração de Santiago do Chile, de 1972, foi a primeira reunião interdisciplinar que discutiu claramente o papel do Museu na sociedade. Suas propostas enfatizaram a importância da instituição como instrumento de mudança social e agente de desenvolvimento assumindo sua responsabilidade junto à comunidade. A instituição museal passa a ser vista enquanto instrumento de mudança social e a museologia se dedica a compreender a relação do homem com o patrimônio cultural. A ação educativa dialógica passa a compreender o homem como ser participativo que pauta suas ações na colaboração e união com seus pares, cuja relação se fundamenta no diálogo. Ora, aqui fica explícito o desafio quanto à adoção de novas estratégias de comunicação como condição necessária para a efetivação desse diálogo.

Em Oaxtepec, no México, em 1984, a relação território, patrimônio e comunidade foi considerada indissolúvel sendo marcada pelo diálogo e participação comunitária. Propôs-se a defesa do patrimônio “*in situ*” com a justificativa de que ao retirar o patrimônio do seu contexto, modifica-se a idéia original segundo a qual foi criado. Ampliou-se a idéia de patrimônio cultural, propondo-se ainda uma visão integrada da realidade, e, neste sentido, entendemos que já se tornava necessário a utilização de novas estratégias de comunicação como forma de democratizar a cultura.

A Declaração de Caracas, em 1992, reafirmou a necessidade de integração do museu com a comunidade, considerando as mudanças sociopolíticas, econômicas e tecnológicas dos últimos vinte anos na América Latina. Nesse momento o conceito de Museu Integral evoluiu para o de Museu Integrado na comunidade o que influenciou a criação dos ecomuseus e museus comunitários. Recomendava-se a reformulação de políticas museais em função do estabelecimento de uma relação com a comunidade. Propôs-se ampliar o papel do Museu como gestor social por meio de projetos museológicos que

refletissem o interesse da comunidade e considerassem a realidade social. E como pensar tais propostas sem que se desenvolva uma estratégia eficaz de comunicação?

Sabemos que a comunicação não se restringe ao processo de montagem de exposições, pois tanto as ações museológicas de pesquisa e de preservação também podem ser consideradas como um processo de comunicação. Maria Célia Santos argumenta que tais ações são gestadas "por meio de um processo constante de interação em uma ação pautada no diálogo, levando-se em consideração as características dos grupos envolvidos e as diversas maneiras de estar no mundo e de se expressar por meio de diferentes linguagens" (SANTOS, 2005, p.61-76). É importante dizer que as ações de pesquisa, preservação e comunicação estão integradas entre si e se alinham aos objetivos dos diferentes projetos que são pensados pelas instituições museais.

O Museu Antropológico da UFG, desde a sua criação em 1969, já se apresentava como uma instituição com fins educacionais. Por meio da Portaria 467/71, publicada em 24 de março de 1971, o museu foi subordinado à Reitoria, entretanto, manteve seu vínculo pedagógico com o Departamento de Antropologia e Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Devido ao seu caráter educativo, em seu espaço foram desenvolvidos vários projetos que tinham como objetivo principal, a interpretação e o uso do patrimônio cultural de forma a possibilitar a inclusão social e o exercício da cidadania. A preocupação já era em propor ações que despertassem os sujeitos sociais para a compreensão do espaço que habitavam, para as questões culturais, de forma que refletissem sobre a sua realidade procurando soluções para os problemas por meio do diálogo, da troca da interação com o outro.

Desde esse momento a intenção já era pensar o "processo museológico como um processo educativo e de comunicação, capaz de contribuir para que o cidadão possa ver a realidade e expressar essa realidade, qualificada como patrimônio cultural - expressar-se" e transformá-la. O Museu Antropológico se originou da iniciativa de professores do Departamento de Antropologia e Sociologia (DAS) da UFG, vinculado ao antigo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), a partir da realização de uma pesquisa no Parque Indígena do Xingu pelos professores Acary de Passos Oliveira, Vivaldo Vieira da Silva, Antônio Theodoro da Silva Neiva, já falecidos, e o Pe. José Pereira de Maria, atualmente professor aposentado pela UFG.

Conforme o relatório de estudos remetido à Profa. Lena Castelo Branco, na ocasião diretora do ICHL, um plano de pesquisa com o objetivo de estudar as populações do Xingu e criar um museu antropológico na UFG foi sugerido pelos pesquisadores, dando início também ao acervo que hoje está sob a guarda da instituição. A proposta consistia em salvaguardar a cultura material indígena da Região Centro-Oeste do Brasil, e, com essa perspectiva, o Museu Antropológico da UFG foi criado em junho de 1969, sendo inaugurado em 5 de setembro de 1970.

Segundo informações constam no documento Diagnóstico Museológico de 1998, o seu acervo material é composto por objetos etnográficos indígenas e de cultura popular e se constitui por matérias-primas orgânicas diversas, como plumárias, cerâmicas, madeiras, fibras, entre outras, reunindo mais de quatro mil peças acondicionadas em reserva técnica destinada à sua guarda e conservação, e representam aspectos da cultura material das diversas populações da Região Central do Brasil. Já o acervo arqueológico contém testemunhos provenientes de diversas pesquisas, alcançando mais de cento e quarenta mil peças, as quais ilustram a cultura material das populações pré-colonial e colonial, que habitaram ou transitaram pela Região Centro-Oeste, em espaços diferenciados e em momentos distintos. É constituído, principalmente, por objetos líticos e cerâmicos.

Esse acervo, ao longo dos anos, tem servido como fonte de pesquisa para as diversas áreas que atuam e/ou atuaram no Museu com o objetivo de produzir conhecimento de forma interativa com as comunidades. Nei Clara de Lima argumenta que “desde a sua fundação, o órgão tem oferecido ao público a possibilidade de universalização do conhecimento cultural acerca das comunidades locais e de sua diversidade. Com esse intuito, atividades e eventos que possibilitassem uma maior interação com a sociedade passaram a ser implementadas”. Destacamos o apoio a pesquisadores e a outras instituições quanto ao desenvolvendo pesquisas científicas; a realização projetos de ação educativa para as redes públicas e particulares de ensino, o que possibilita a interação entre museu e escolas. Neste sentido, Lenir Magalhães, professora aposentada da Faculdade de Educação, ressalta que:

Nossa atuação no Museu está relacionada com a disciplina de estágio curricular que nós tínhamos na Faculdade de Educação, o estágio dos alunos de Ciências

Sociais. A proposta integrada ao Museu Antropológico surgiu ao trabalhar com os alunos os conteúdos sobre cultura, quando nós nos vimos ligados à atividade cultural que o Museu da própria universidade já fazia. Resolvemos, então, nos integrar a essa estrutura que tinha aqui. Os alunos de Ciências Sociais faziam opção, porque os conteúdos eram vastos, de primeira à oitava série e o segundo grau também. Se eles fizessem essa opção, nós passávamos a trabalhar com essa integração e desenvolvíamos esses trabalhos junto às escolas e o Museu Antropológico, que nessa época, [mi novecentos e] oitenta e cinco, já tinha condições de nos dar toda essa estrutura. Foi muito bom, pois já havia o setor educativo dentro do Museu. Esse trabalho integrado se pautou por fornecer todos os subsídios que os nossos alunos necessitavam na época para desenvolver práticas educativas dentro da escola. Trabalhamos muito no colégio Olga Mansur. Eu me lembro muito bem que nós despertamos tanto os alunos para esse trabalho junto à comunidade que eles propuseram fazer um museu dentro da escola. Eles trouxeram tudo que era da família. Então, cada aluno no estágio ia desenvolvendo isso dentro da escola (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.48).

O depoimento da Professora Lenir nos chama a atenção para a importância de se investir na relação museu/escola e nas propostas que visem promover a interlocução entre os vários sujeitos sociais que passam a usufruir do espaço museológico quando tais ações são postas em prática. Santos destaca que a interação com os nossos pares e com os demais sujeitos sociais envolvidos nos projetos sociais ali desenvolvidos possibilita o estabelecimento de metas e objetivos no sentido de promover "a qualificação da cultura em um processo interativo de ações de pesquisa, preservação e comunicação, objetivando uma nova prática social.

Segundo a Professora Marcolina Martins, sua experiência no Museu Antropológico se deu desde as primeiras iniciativas de criação:

Era uma idéia! Enquanto aluna da Universidade Federal de Goiás, quando fazíamos o curso de Geografia e História, nós tivemos a oportunidade de visitar o Parque Nacional do Xingu com o professor Vivaldo [Vieira] Silva e o professor Acary de Passos Oliveira, quando o Museu era apenas uma idéia que estava na cabeça de algumas pessoas da Universidade, e mesmo de fora da Universidade, como é o caso do professor Acary. Nessa época, também o professor Juarez Costa Barbosa era um defensor dessa idéia, da necessidade de criação de um espaço em que os alunos da área, principalmente do curso de Ciências Sociais e também da área de História, tivessem como desenvolver uma atividade prática, uma atividade que não fosse apenas repetitiva, teórica, dos livros. Então, enquanto aluna, em 1968, nós estivemos no Parque Nacional do Xingu e eu era monitora do Professor Vivaldo. Depois, já pertencente à Universidade, eu estive lá novamente, para fazer uma pesquisa e coleta de material com o professor Vivaldo, para um trabalho dele que

era, se não me engano, sobre a organização social entre os índios do Parque Nacional do Xingu, principalmente os índios Waurá. E aí nós já coletamos algum material para o Museu Antropológico, já dentro dessa idéia de realização, de concretização deste (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.78).

A professora destaca que a necessidade de pesquisa foi um dos fatores que impulsionou a criação do museu e ressalta que sua participação enquanto pesquisadora ocorreu com a pesquisa “A Tecelagem Artesanal em Hidrolândia – um estudo etnográfico”, desenvolvida em Hidrolândia, Goiás. Ela fala da influência recebida pelo fato de sua mãe ter sido tecedeira e da importância que os objetos que foram coletados durante o trabalho de campo foram importantes para a constituição do acervo do Museu Antropológico e como se destacam na exposição de longa duração "Lavras e Louvores":

O acervo já foi adquirido pela Universidade Federal de Goiás. Então não é um acervo que eu adquiri com os meus recursos e passei para a Universidade não. A universidade adquiria e eu apresentava recibos, porque o pessoal não tem como dar nota fiscal; e já vinha com todas as informações. O que me coube como pesquisadora foi ter aquele cuidado de pegar os dados sobre cada peça e na hora, dentro do museu, a sequência, mostrar com uma proposta mais didática possível, para as pessoas compreenderem todo um processo, que no trabalho que nós fizemos vai desde o plantio até a venda do produto acabado. Mas tem, como dizia a minha orientadora, a saudosa Tekla Hartmann, tem toda uma parafernália e toda uma sequência de uso. Então, na exposição, que não está montada atualmente, tinha a preocupação dessa sequência do uso dos instrumentos, da tecelagem artesanal na ordem, ou seja, tinha tipos de sementes de algodão diferentes, porque na semente está contida toda a idéia do pé de algodão e do algodão em si. Olhaque coisa bonita, em uma semente você tem toda uma idéia de uma planta futura, com todos os seus detalhes. E a gente tinha algodão com cores diferentes, então procuramos coletar sementes do algodão pardo, sementes do algodão maranhão, sementes do algodão comum; enfim, essa semente tem também a parte da tintura dos tecidos, da fibra. Então tinha objetos representativos dessa tintura, como o açafraão, o anil, enfim, diversos que constam também no trabalho, que foi publicado pela universidade. Primeiro vem o arco que é para “fofear” o algodão, depois vem a carda, que é para organizar em “pastas”, depois vem a roda, que é para fazer o fio, depois vem um instrumento para retirar esse fio da roda, que é o caneleiro, depois vem a urdideira, que já é para urdir. Na urdição já tem a programação do padrão do tecido, do comprimento e da largura do tecido. E isso tudo baseado em pequenas amostras chamadas repassos (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.78).

Por meio do depoimento das professoras Lenir Magalhães e Marcolina Martins, compreendemos a importância da pesquisa não apenas para a constituição do acervo do

Museu Antropológico, mas também para a produção do conhecimento. Em vários momentos fica evidente que o interesse em conhecer os modos de fazer e o cotidiano dos sujeitos sociais aproxima o professor universitário da comunidade. Isso se torna possível porque o cotidiano comunitário passa a ser valorizado, e, o papel do professor é atuar de forma integrada e participativa, incentivando o questionamento, a reflexão conjunta sobre a realidade local.

Percebemos também, que desde a década de 1980 várias iniciativas voltadas para a educação não-formal têm sido implementadas no Museu Antropológico, e que ao longo de seus quase quarenta anos, o Museu Antropológico se consolidou na região como uma referência no campo museológico, tanto pela riqueza de seu acervo arqueológico e etnográfico, quanto pela tradição de suas pesquisas e ações educativo-culturais. Desde 1982, suas preocupações em relação às atividades educativas, se voltaram também para o atendimento aos professores de ensino fundamental. Nesse sentido, os maiores avanços na parte de projetos pedagógicos ocorreram a partir de 1984/1985 quando alguns projetos pedagógicos foram realizados de forma a contribuir com a sistematização das ações educativas.

Além disso, por meio dos projetos propostos, foi possível participar de editais publicados por órgãos de fomento como a Fundação Vitae, o IPHAN, além de financiamentos da iniciativa privada por meio de projetos de salvamento arqueológico, cujo objetivo foi conseguir investimentos para laboratórios de conservação e de arqueologia bem equipados. Em 2006, inaugurou a nova exposição de longa duração Lavras e Louvores.

Destaca-se ainda o fato de que a demanda recebida pelo museu para prestar assessoria tanto para criação de museus em outros municípios do estado de Goiás, quanto para qualificar os profissionais de instituições museais de várias cidades do Estado de Goiás. Na medida do possível essas solicitações têm sido atendidas por meio de consultorias de seus profissionais aos projetos de criação e organização de museus e também por meio de oficinas e cursos de capacitação oferecidos com alguma regularidade, através de financiamentos da UFG e do IBRAM.

Durante o período de 2000 a 2002, foi oferecido um curso de especialização em Museologia, vinculado academicamente à então Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia

da UFG que resultou na formação de 18 especialistas, inclusive de profissionais que atuam em museus no interior do Estado de Goiás. Assim como esta, outras iniciativas também foram postas em prática nos anos anteriores, como por exemplo, na década de 1980, o “Curso de Atualização Abordagens Metodológicas e as Propostas Alternativas do Museu Escola”, que segundo a professora Lenir Magalhães, foi uma semente plantada para que os professores da rede pública interagissem com as atividades realizadas pelo museu:

Olha, para os cursos aqui no Museu vinham diversos profissionais. Eu fiz vários cursos aqui, uma bateria que deu para mim até - eu não tenho o mestrado, mas eu quase cheguei ao doutorado de tanta carga horária de cursos que eu fiz aqui. Porque eu tinha a minha disciplina e era difícil uma saída na Faculdade de Educação, então eu aproveitava o máximo aqui no Museu Antropológico. Foram vários cursos com profissionais muito bons, principalmente de São Paulo, Rio, Belém do Pará. Nossa, em todas as áreas aqui do Museu eu fiz cursos, tive uma ótima visão, e o pessoal foi muito bem preparado. Eu acho que a equipe que a professora Edna preparou na época, em relação a esses cursos, foi muito boa. Cursos de especialização, inclusive. [...] Eles pensam o museu. É uma coisa linda! porque quando você passa a fazer parte disso com qualquer objeto você dá uma aula, você resgata a cultura. Era isso que eu ensinava para os meus alunos, que com qualquer coisa, qualquer situação, por exemplo, uma situação em sala de aula que hoje a gente vê aí, pode-se trabalhar esses temas (MUSEU ANTROPOLÓGICO SÉRIE DOCUMENTOS N.5, 2011, p.48).

A vocação educacional do Museu Antropológico da UFG se comprova por meio dos depoimentos citados e a prática da ação educativa continua a ocorrer de variadas formas. O atendimento ao público escolar das redes municipal, estadual e particular de ensino é feito por meio de agendamento e, alunos e professores participam de projetos de ação educativa, que reforçam o potencial do museu como espaço de educação não formal. Uma das etapas do atendimento que considero essencial para uma aprendizagem positiva, consiste na realização de reuniões prévias com os professores com o objetivo de orientá-los para que possam contribuir no planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os alunos. A garantia de uma interação e aproximação permanente com o público, depende também do acervo que compõe a Biblioteca Especializada, que conta com obras e periódicos nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Etnologia Indígena, Etnolinguística e Educação Indígena.

Outra ação desenvolvida nos últimos anos e de grande importância para a valorização das culturas tradicionais foi a pesquisa que subsidiou o registro do ofício e

modos de fazer das bonecas karajá, aprovado em 25 de janeiro de 2012. Vale destacar que, que, além de serem uma referência cultural nas aldeias indígenas, representam, muitas vezes, a única fonte de renda das famílias. A pesquisa recebeu financiamento, no ano de 2008, pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG, e contou com o apoio da Secretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - SEMIRA. Em 2010, o projeto contou com a parceria e o financiamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - Superintendência de Goiás. A equipe do Museu Antropológico, composta pelos antropólogos Manuel Ferreira Lima Filho, Nei Clara de Lima, Rosani Moreira Leitão e Telma Camargo da Silva, teve uma participação efetiva no trabalho em campo, na realização de exposições em algumas cidades brasileiras e na produção de um catálogo que registra o processo de produção das bonecas karajá. Segundo Telma Camargo da Silva:

o conhecimento sobre o modo de fazer a boneca cerâmica Karajá está entrelaçado nas histórias locais sobre brincadeiras infantis, nas narrativas femininas de atribuições de gênero, na reprodução material do imaginário mítico. Mas também nas mãos das oleiras e no cuidadoso fabricar de cada um dos artefatos. Logo, as narrativas estão além da oralidade, provocam a sensibilidade do olhar por parte do/da antropólogo/da e o exercício de outras formas de construção de dados, como o uso da fotografia (SILVA, 2013, p. 170-192).

Segundo os pesquisadores do Museu Antropológico, o objetivo do projeto consistiu em descrever e documentar o ofício da ceramista Karajá e os modos de fazer as bonecas de cerâmica para subsidiar o pedido de registro como patrimônio nacional. A pesquisa revelou que, mais do que artesanato, as ritxoko ou bonecas de cerâmicas carregam significados complexos que remetem aos referenciais culturais e identitários Karajá e são importantes instrumentos pedagógicos usados na educação das gerações mais jovens. O ceramista Mahuederu destaca que elas “servem para contar a história dos Iny para crianças e jovens” e ainda como expressou Kuanajiki, com mais de 80 anos: "sem as crianças não haveria ritxoko”.

Conforme as informações disponibilizadas na página do Museu Antropológico, com formas de figuras individuais, conjuntos de personagens ou cenas sociais com representações do nascimento à morte, as bonecas se constituem em importantes formas

de expressão do universo social e cosmológico do povo Karajá remetendo tanto aos aspectos da sua estrutura social e às atividades cotidianas, como às cenas rituais e narrativas mitológicas. Assim, além de significativa fonte de renda, quando vendidas como artesanato, elas revelam temas variados do universo cultural do povo Iny e seus distintos significados que são materializados pelas mãos das mulheres, por meio da arte de modelar o barro<sup>1</sup>.

Por meio de ações como essas, a democratização do acesso aos bens e espaços culturais se amplia e o exercício da cidadania se efetiva. E, para que o público possa ter uma experiência completa e transformadora no momento da sua experiência museal, professores, pesquisadores da área, equipes educativas e pessoas que atuam como mediadores em espaços culturais são, cada vez, mais importantes e cada vez mais precisam realizar o processo museológico de forma a promover o diálogo e a interação constante entre os membros da comunidade.

## Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Obras escolhidas - vol. 1.). São Paulo: Brasiliense, 1985.

CABRAL, Magaly e RANGEL, Aparecida. Processos educativos: de ações esparsas à curadoria. In: *Cadernos de Diretrizes Museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa* / Letícia Julião, coordenadora; José Neves Bitencourt, organizador. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CARDOSO, Rafael. Coleção e Construção de Identidades: museus brasileiros na encruzilhada. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia B. (Orgs.) *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: MHN/MinC/IPHAN, 2003, pp. 183-196.

COSTA, Lygia Martins. Os Museus do Brasil e perspectivas de adaptação ao mundo contemporâneo. In: *De Museologia, Arte e Políticas de Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social. *Projeto História*, n. 10, São Paulo, PUC/Educ, 1993, p. 73-90.

---

<sup>1</sup> Para saber mais, acesse: <http://www.museu.ufg.br/pages/33706>. A página virtual do Museu Antropológico da UFG disponibiliza informações sobre as atividades ali realizadas e sobre a história da instituição.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. *Revista do Arquivo Nacional*, n. 200, São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, 1992, p. 55-75.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul, Maneco Livraria & Editora, 2004.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Marco Zero/ANPUH/SP, 1984.

MENESES, Ulpiano Bezerra. *O museu e o problema do conhecimento*. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br>. Acessado em 29/08/2011.

\_\_\_\_\_. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Unesp/FAPESP, 1999.

NORA, Pierre. Nora, Pierre. *Os lugares de Memória: a problemática dos lugares*. In: Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993, p. 10.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

PRIMO, Judite Santos. *Pensar Contemporaneamente a Museologia*. In: Cadernos de Sociomuseologia, n. 16, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa/Portugal: Edições Lusófonas, 1999.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH, 1989/1990, p. 219-243.

\_\_\_\_\_. Teatros da Memória. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e Política Cultural. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55.

SILVA, Telma Camargo. Registro Fotográfico e a Dinâmica das Negociações na Construção da Etnografia: minhas experiências com a pesquisa "Bonecas Karajá". *Iluminuras*, Porto Alegre, v.14, n.32, p. 170-192, jan./jun. 2013.

